

Senado proíbe coligações na eleição proporcional já em 2000

Primeiro projeto da reforma política passa pelo plenário em meio a intenso debate, recebendo 43 votos favoráveis e 20 contrários. Agora, a Câmara dos Deputados deverá discutir proposta em regime de urgência



A votação do projeto gerou muita discussão no plenário. Representantes dos partidos menores dizem que projeto pode inviabilizar a sua sobrevivência

Sob protestos da oposição, foi aprovado pelo plenário do Senado projeto proibindo as coligações partidárias nas eleições proporcionais. O texto recebeu 43 votos a favor e 20 contra e agora segue para a Câmara dos Deputados, onde deve tramitar em regime de urgência. Se aprovada a tempo, a proibição já valerá para o pleito municipal do ano 2000.

PÁGINA 3

CPI DO JUDICIÁRIO

Juiz paraibano faz acusações a ministros do TST

PÁGINA 5

Franco e Loyola prestaram depoimento juntos



Para relator, BC vazou desvalorização do real

CPI DOS BANCOS

Durante depoimento dos ex-presidentes do Banco Central Gustavo Franco e Gustavo Loyola, o senador João Alberto, relator da CPI do Sistema Financeiro, afirmou ontem estar convencido de que os bancos Marka e FonteCindam tiveram informação privilegiada sobre a desvalorização do real em janeiro passado.

PÁGINA 5

LÍDERES BUSCAM FÓRMULA PARA LIMPAR PAUTA DAS COMISSÕES

Reunidos com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os líderes partidários e os presidentes das comissões permanentes concordaram ontem com a necessidade de acelerar os trabalhos para que as matérias cheguem mais rapidamente ao plenário. Discute-se a substituição de algumas sessões deliberativas por reuniões das comissões à tarde.

PÁGINA 2



Antonio Carlos recebeu, no encontro, documento da liderança do governo informando que projetos considera prioritários para apreciação no segundo semestre

Líderes decidem reforçar trabalho das comissões

Decisão, tomada em reunião com o presidente do Senado, tem como objetivo apressar o encaminhamento de matérias para o plenário

Em reunião realizada ontem, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, os líderes partidários e os presidentes de comissões permanentes resolveram reforçar o trabalho nas comissões, a fim de que as matérias sejam enviadas mais rapidamente ao plenário. Uma das hipóteses analisadas é a substituição de sessões plenárias, em dias em que a pauta "não esteja tão pesada", por reuniões de comissões também na parte da tarde, revelou José Eduardo Dutra (PT-SE).

A liderança do governo entregou a Antonio Carlos uma relação dos projetos que considera prioritários para apreciação no segundo semestre. Dutra informou que também a liderança do Bloco



No encontro, ACM recebeu a lista dos projetos prioritários para o governo

Oposição entregará em breve as suas sugestões de projetos que devem ter preferência na pauta de votações. Mas a maior preocupação dos parlamentares concentrou-se na busca de fórmulas para permitir uma atividade mais intensa das comissões permanentes.

Participaram do encontro com Antonio Carlos José Roberto Arruda (PSDB-DF), Sérgio Machado (PSDB-CE), José Eduardo Dutra, Ney Suassuna (PMDB-PB), José Agripino Maia (PFL-RN), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Arlindo Porto (PTB-MG) e Osmar Dias (PSDB-PR).

Sessões das quartas-feiras poderão não ter Ordem do Dia

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ontem ao plenário que as sessões das quartas-feiras serão realizadas sem Ordem do Dia sempre que não houver matérias em número suficiente com tramitação nas comissões concluída.

— Em reunião realizada hoje, as lideranças partidárias me autorizaram a transformar as sessões de quarta em não-deliberativas, sempre que necessário. A ordem do dia será substituída por trabalhos nas comissões, exatamente para agilizar a preparação dos projetos para

votação em plenário — disse. Ele acrescentou que a sessão de amanhã será realizada às 9h — e não às 10h — para que os senadores possam participar dos atos programados na Esplanada dos Ministérios. A sessão também será não-deliberativa.

ACM recebe pedido para que CPI investigue até o fim

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem apelo de diversas lideranças políticas e sindicais do Distrito Federal para que as investigações da CPI do Judiciário sejam levadas até o fim. Segundo José Eduardo Dutra (PT-SE), que acompanhou o encontro, a apuração deve incluir "esclarecimentos sobre as relações do senador Luiz Estevão com empresas e pessoas apontadas como responsáveis por desvio de dinheiro público na construção do fórum trabalhista de São Paulo".

O apelo foi formalizado por meio de documento entregue a Antonio Carlos pelo ex-deputado do PT Chico Vigilante. O presidente do Senado determinou, de imediato, o envio do documento ao presidente e ao relator da CPI do Judiciário, reafirmando seu compromisso com a apuração dos fatos denunciados. Segundo Dutra, as informações coletadas pela CPI devem ser colocadas à disposição do Ministério Público.

A manifestação conclui com um pedido ao presidente do Senado no sentido de se empenhar "para que os trabalhos



ACM recebeu um apelo para que as investigações sejam levadas até o fim

de investigação da CPI do Judiciário continuem de forma transparente e aberta ao acompanhamento de to-

dos os fatos apurados" e sejam "preservados de eventuais resistências partidárias ou corporativas".

Luiz Estevão repudia documento

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) repudiou as alegações contidas em documento entregue pelo ex-deputado Chico Vigilante ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Estevão afirmou que se trata de documento "pião", uma vez que não traz a assinatura dos presidentes de sete partidos listados.

— É apenas o espremeio de um político fracassado, cassado pelo voto do eleitor e

que, desde o início da CPI do Judiciário, andava com um dossiê fraudulento atribuindo a mim a execução de obras que não foram realizadas por nenhuma das minhas empresas, como o anexo do Tribunal de Justiça do DF e o fórum de Samambaia — explicou o senador.

Estevão disse que, por conta do dossiê, Vigilante foi condenado a pagar R\$ 360 mil pelos danos morais que lhe causou.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 25 DE AGOSTO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Participa da solenidade militar em comemoração à Semana do Soldado - entrega da Medalha do Pacificador
- ▶ 12h - Participa de missa pelo 23º aniversário de falecimento do Presidente Juscelino Kubitschek - Local: Memorial JK
- ▶ 15h30 - Preside a sessão deliberativa ordinária do Senado

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão, em 2º turno da *PEC nº 53/99, que ajusta à Constituição a criação do Ministério da Defesa; substitutivo do Senado ao *PLC nº 3/99, que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio; *Requerimento nº 422/99, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos projetos de Resolução nºs 17 e 26, de 1999, por versarem sobre a criação de Comissão de Agricultura, Abastecimento e Política Fundiária; *PDL nº 39/98, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Guararema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São José (SC); *PDL nº 91/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada à RBS - Empresa Catarinense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Chapecó - SC; e *PR nº 64/99, autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Guiné, oriundos de operações de financiamento do Fundo de Financiamento à Exportação - Finex, no montante de US\$ 11 milhões.

COMISSÕES

- ▶ 9h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLC nº 60/95, que institui a Gratificação de Adicional por Tempo de Serviço aos empregados em geral; *Diversos nº 68/96, comunica que o Tribunal de Contas da União, ao acolher o relatório, voto e decisão contidos no processo TC - 0001.058/95-9, decidiu propor ao Congresso Nacional a alteração das Leis nºs 6.435/77 e 8.020/90; *PLS nº 15/99, que altera os artigos 121, 137, 147 e 288 do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal, e o artigo 75 da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; *PLS nº 403/99, que dispõe sobre o seguro obrigatório de pagamento das obrigações trabalhistas relativas à rescisão contratual; *PLS nº 191/99, que dispõe sobre a criação do Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras; *PLS nº 267/99, altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para dispor sobre a estabilidade do empregado portador do vírus HIV; *PLS nº 258/99, que dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica, e de defeitos físicos, genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 247/99, que dispõe sobre advertência nas embalagens de baterias e pilhas eletroquímicas; e *PLS nº 283/99, que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação, no prazo que menciona, dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença.
Pauta Extra: *PLS nº 440/99, que dispõe sobre a criação do Conselho Federal e dos Regionais da Profissão de Técnico Agrícola; *PLS nºs 122, 198 e 223, de 1999, altera a Lei nº 8.036/90, permitindo a utilização do FGTS para pagamento de anuidades do ensino médio e de curso superior; altera o art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação; *PLS nº 356/99, altera o art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o FGTS, de forma a incluir, entre as hipóteses para movimentação da conta vinculada do trabalhador o pagamento de encargos educacionais decorrentes de curso universitário de graduação; e *PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 9*
- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLS nº 180/99, altera a redação dos artigos 41 e 48 da Lei nº 9.096/95 e do parágrafo 1º do art. 47 da Lei nº 9.504/97, revogando o art. 57 da Lei nº 9.096/95, a fim de vedar o acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo de rádio e televisão dos partidos que não tenham caráter nacional; *PLS nº 482/99, altera o art. 10 da Lei nº 9.504/97, que amplia o número máximo de candidaturas possíveis de registro pelos partidos políticos, regulamentando os artigos em todos os níveis da Federação; *PEC nº 10/99, dá nova redação ao parágrafo 5º do artigo 14 da Constituição federal, suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos outros casos; *PLS nº 194/99, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições a fim de ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; *PLS nº 93/99, anistia os eleitores e os membros de Mesa Receptora das sanções previstas na Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral -, por não terem justificado sua ausência nos pleitos eleitorais realizados nos dias 4 e 25 de outubro/98; *PLS nº 99/99, altera os artigos 17 e 19 da Lei nº 9.096/95, que dispõe sobre os partidos políticos, regulamentando os artigos 17 e 14, parágrafo 3º, inciso V, da Constituição federal, de modo a tornar obrigatória a referência ao sexo dos eleitores nas fichas de inscrição partidária e nas listas de filiados de que os partidos remetem aos juizes eleitorais; *PLS nº 213/99, que altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90; *PEC nº 49/99, acrescenta parágrafo ao artigo 28 e ao art. 29 da Constituição federal para estabelecer que a transmissão de cargo, substituição ou a sucessão do governador e do prefeito ocorrerá imediatamente após ausência, impedimento ou vacância dos titulares; e *PEC nº 65/99, altera a redação do parágrafo 3º do art. 58 da Constituição federal para acrescentar poderes às Comissões Parlamentares de Inquérito. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*
- ▶ 10h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Reunião com a presença do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, sobre as dificuldades atuais no Mercosul e a situação da Colômbia. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*
- ▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Fiscalização e Controle
Pauta: *PR nº 52/99, que altera a Resolução nº 96/89, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; e apreciação de 12 Diversos, destacando-se: *Diversos nº 85/96, encaminha cópia da Decisão 610/96, adotada pelo TCU, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos nº 53/97, encaminha cópia da Decisão nº 625/97, adotada pelo TCU, bem como, em atendimento ao disposto no art. 69 da Lei nº 9.473/97 - LDO para o exercício de 1998, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam; *Diversos 33/98, encaminha ao Congresso Nacional as demonstrações contábeis ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; *Diversos nº 38/98, encaminha relatório das atividades do TCU, referente ao 3º trimestre de 1998; *Diversos nº 29/98, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 659/98, adotada pelo TCU, dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, bem como cópia dos elementos citados no item 8.1 da mencionada decisão, a respeito dos resultados colhidos nos levantamentos de informações e de auditorias feitos em obras públicas, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 79 da Lei nº 9.692/98 (LDO para o exercício de 1999); *Diversos nº 5/98, encaminha as demonstrações contábeis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), administrado pelo Banco do Nordeste; e *Diversos nº 2/98, encaminha o relatório sobre a retribuição adicional variável - RAV, referente ao 1º semestre de 1998. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 6*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Proibidas coligações em eleições proporcionais

Projeto aprovado ontem em plenário, por 43 votos a 20, além de uma abstenção, permite a união de partidos apenas para a disputa de pleitos majoritários, como os de senadores, prefeitos, governadores e presidente

Por 43 votos favoráveis, 20 contrários e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que muda o Código Eleitoral para proibir que os partidos políticos façam coligações nas eleições proporcionais. Pelo texto aprovado, a coligação só será permitida nas eleições majoritárias — para os cargos executivos e o Senado. A matéria agora vai ao exame da Câmara dos Deputados.

Autor do projeto, o senador Sérgio Machado disse que a reforma política deveria ter sido o primeiro item de todas as reformas feitas recentemente no país. Ele defendeu a proibição das coligações nas eleições proporcionais alegando que as teses defendidas durante a campanha devem ser mantidas depois das eleições, e não se constituírem em meros recursos eleitorais utilizados por partidos sem expressão. “O que se pretende é que cada partido tenha um número de representantes equivalente ao número de votos”, argumentou.

O relator do projeto, senador Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que poucas vezes se discutiu tão demoradamente um assunto no Parlamento como o fim da coligação partidária nas eleições proporcionais. Ele disse que, debatida ao longo de todo o ano passado, essa votação foi adiada exatamente para que todos pudessem se manifestar e para que a decisão final fosse uma síntese do pen-

samento político nacional.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) retirou emenda destinada a permitir a união dos partidos políticos em federações, porque o assunto deverá voltar ao debate junto com outro projeto também integrante da reforma eleitoral. Ele propôs que a proibição de coligação não vigorasse nas eleições municipais do próximo ano, alegando que milhares de candidatos a vereadores poderiam ser prejudicados.

Também contrário ao projeto de Sérgio Machado, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) argumentou que, “se a coligação é um câncer, por que então mantê-la para a eleição majoritária?” Ele observou que todos os casuísticos apontados como ruins para a eleição proporcional são usados na majoritária, o que revela falta de coerência nos que apóiam a iniciativa.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou que nas eleições brasileiras a coligação é uma característica desde 1946, funcionando como um mecanismo de acomodação de candidaturas. O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) reconheceu que a iniciativa visava evitar a ação de partidos inexpressivos que surgem apenas para buscar vantagens nas eleições, mas indagou: “Quem aqui poderia dizer que a vida brasileira melhoraria porque vamos fazer essa experiência?”

O senador José Fogaça (PMDB-RS) observou que as coligações são frequen-

tes na política brasileira e disse entender que, para o pleito municipal do próximo ano, ainda não seria o momento de aplicar essa norma proibitiva. “As questões municipais são muito desprovidas de ideologia”, afirmou ele. Em sua opinião, a idéia seria positiva, mas não para o ano 2000.

“Golpe se faz também com voto”, argumentou o senador Roberto Freire (PPS-PE), ao sustentar que o projeto de Sérgio Machado visava apenas preservar os grandes partidos e destruir as legendas pequenas. O senador Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou ter pensado que “o tempo de fabricar leis para favorecer partidos que estão no poder já havia passado”.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) chamou a reforma política em votação no Senado de “uma reforma de meia sola, porque não encara de frente a estrutura política brasileira”. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ironizou, ao afirmar que o Brasil parece predestinado a nunca ter partidos políticos consolidados, como têm a Argentina e o Uruguai.

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, disse que o projeto em votação visava exatamente consolidar os partidos no Brasil, a tirar do páreo aqueles que não têm votos. “Aventuras eleitorais não serão mais fáceis de se materializarem”, preveniu ele, acrescentando que quem quiser fazer democracia vai ter que fazê-lo mediante o voto.

Em defesa do projeto, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, explicou que a eleição proporcional é a eleição partidária por excelência, daí por que deve ser purificada com medidas como essa proibição de coligação. E o senador José Alencar (PMDB-MG) disse que a aprovação da matéria repercutirá na base da democracia brasileira.



Sérgio Machado disse que a reforma política deveria ter sido a primeira a ser votada

Brasil e EUA têm acordo de cooperação nuclear

O plenário aprovou ontem o Acordo de Cooperação sobre Usos Pacíficos da Energia Nuclear, assinado em 1997 entre o Brasil e os Estados Unidos. Em seu parecer favorável, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) ressalta que o acordo firmado entre os dois países reflete o novo regime de utilização da energia nuclear, já inspirado na nova fase da diplomacia brasileira, após a ratificação do Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), da aceitação de salvaguardas e da criação do regime nuclear Brasil-Argentina.

Segundo o relator, o acordo deverá dinamizar a colaboração bilateral em áreas como reatores nucleares, aplicação na medicina, agricultura e indústria, estudos do ciclo do combustível para geração de

energia elétrica, bem como segurança nuclear. “É preciso ressaltar que o acordo não inclui transferência de urânio com alto teor de enriquecimento, reprocessamento de combustíveis nucleares, nem tampouco sua utilização em artefato nuclear explosivo ou em qualquer finalidade militar”, explicou Moreira Mendes.

O Senado aprovou ainda Acordo sobre Serviços Aéreos firmado entre Cuba e Brasil, em maio de 1998. “Entendemos que os dois países deram um importante passo no sentido de aproximação diplomática e comercial, ao pretender relações mais estreitas na área da aviação comercial”, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), em seu parecer favorável.

Renovadas concessões de duas rádios

O Senado aprovou ontem a renovação da permissão outorgada à Sociedade Rádio Araguaia de Brusque para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Brusque (SC). Segundo parecer do senador Geraldo Althoff (PMDB-SC), a empresa apresentou documentação comprovando o cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

Também foi aprovada a renovação da permissão da Rádio Itapema de Porto Alegre, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre (RS). O relator José Fogaça (PMDB-RS) deu parecer favorável, por entender que a empresa atendeu a todos os requisitos técnicos e legais exigidos para a renovação da permissão. Os projetos vão à promulgação.

Jungmann pede apoio a luta contra superavaliação de terras

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, garantiu ao ministro de Política Fundiária, Raul Jungmann, que fará o possível para que o projeto de conversão da Medida Provisória 1.901, que trata da reforma agrária, seja apreciado rapidamente na Casa. O projeto reduz as brechas legais para que terras desapropriadas possam ser superavaliadas. O ministro, que foi recebido em audiência ontem, espera que a matéria seja votada ainda esta semana.

Falando sobre a importância da aprovação do projeto de conversão, Jungmann revelou que somente em

quatro processos de desapropriação que estão tramitando na Justiça o governo federal poderá ser obrigado a pagar R\$ 1,7 bilhão. Este valor é igual ao orçamento que o Ministério de Política Fundiária tem para utilizar em reforma agrária neste ano, comparou.

— Vim pedir celeridade para este projeto de conversão e o presidente Antonio Carlos Magalhães hipotecou total apoio. Sua aprovação é fundamental para que o governo consiga reduzir os saques aos cofres públicos, que existem no pagamento dessas

gordas indenizações — afirmou Raul Jungmann.

O ministro explicou que, além de modificar a legislação, a outra alternativa que o governo tem para resolver o problema das indenizações milionárias é brigar na Justiça. Jungmann informou que no dia 1º de setembro estará sendo julgado em São Paulo o processo de desapropriação da Fazenda Reunidas, que ocupa uma área de quase 16 mil hectares, pela qual o governo poderá ser obrigado a pagar R\$ 385 milhões. Segundo ele, o valor real da fazenda seria no máximo R\$ 40 milhões.



Antonio Carlos Magalhães conversou com Jungmann sobre tramitação de projeto



Sardenberg disse a Antonio Carlos que acesso será 300 vezes mais veloz

Ronaldo Sardenberg explica implantação de Internet II no Brasil

Em visita de cortesia ontem à noite, o ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, trouxe informações ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, sobre os trabalhos que o governo vem desenvolvendo para a implantação da Internet II no Brasil. Ele estimou que, até meados do próximo ano, os usuários da rede mundial poderão ter um acesso 300 vezes mais veloz que o atual.

— Estamos criando redes de alta velocidade nas principais capitais do país, inclusive Salvador, e achei que

seria importante ter uma conversa nesse sentido com o presidente Antonio Carlos. Também fiz a visita pelo fato de que estou tomando posse no ministério — afirmou Ronaldo Sardenberg.

O ministro lembrou que o Senado será um dos beneficiados com a Internet II. Ele referiu-se especificamente ao projeto Interlegis, que é uma rede de comunicação e informação para os parlamentares brasileiros, nas esferas federal, estadual e municipal, que permitirá a formação de uma comunidade virtual do Poder Legislativo utilizando a Internet como tecnologia de suporte.

CCJ examinará proposta que autoriza CPI a quebrar sigilo de investigados

Comissão deverá apreciar, também, seis itens da reforma política, entre eles o fim da reeleição para prefeitos e a desincompatibilização para governador e presidente, quando candidatos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne hoje com uma pauta de nove itens, entre eles proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que adiciona aos poderes das comissões parlamentares de inquérito a possibilidade de quebrar o sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados. Relator da proposta, o senador Amir Lando (PMDB-RO) é favorável à iniciativa, na forma de substitutivo.

A CCJ deverá examinar seis itens referentes à reforma política. Consta da pauta proposta de emenda constitucional do senador Ademir Andrade (PSB-PA) estabelecendo que a transmissão de cargo, substituição ou sucessão de governador ou prefeito ocor-

rerá imediatamente após a ausência, impedimento ou vacância do titular.

Ademir Andrade argumenta que a não indicação expressa, no texto constitucional, de quando deve ocorrer a transmissão do cargo tem ensejado crises institucionais, por exemplo, quando o titular se nega a transmiti-lo. Ele também aponta as desavenças paroquianas que levam chefes de Executivo a transmitirem seus cargos para auxiliares administrativos, "que não receberam um único voto para exercer a governança". A iniciativa de Ademir Andrade tem parecer favorável do relator Amir Lando.

Outro projeto que aguarda votação é o do senador José Agripino (PFL-RN) que veda aos partidos que não tenham

caráter nacional o acesso aos recursos do Fundo Partidário e ao tempo de propaganda no rádio e na televisão. Relator da matéria, o senador Edison Lobão (PFL-MA) tem parecer favorável, com emendas de redação.

Também está na pauta projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que amplia o número máximo de candidaturas passíveis de registro pelos partidos políticos nas eleições legislativas. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é o relator da matéria e tem parecer favorável, com emenda aditiva.

A CCJ deve examinar ainda projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), suprimindo a reeleição para prefeitos e prevendo a desincompatibilização nos casos de governador e pre-



Jefferson Péres deu parecer favorável à proposta de Dutra, mas apresentou substitutivo

sidente da República. Relator da iniciativa, o senador Jefferson Péres tem parecer pela sua aprovação, nos termos de um substitutivo.

CAS analisa projeto que obriga SUS a pagar cirurgia plástica reparadora

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje projeto que torna obrigatória a realização de cirurgia plástica reparadora pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidente de trabalho. O autor do projeto, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), lembra que



Gilvam quer estender benefício a todas as vítimas de mutilações

o Senado aprovou, recentemente, proposta que obriga a realização de cirurgia reparadora da mama para as mulheres que sofreram mastectomia e, agora, pretende estender o benefício a todos os portadores de mutilações.

A CAS também apreciará projeto do

senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que assegura estabilidade no emprego aos aidéticos e aos portadores do vírus HIV até a data de afastamento previdenciário. De acordo com a matéria, o empregado portador do HIV "não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstâncias de força maior, devidamente comprovadas".

Da pauta da comissão consta também a proposta do senador Tião Viana (PT-AC) que torna obrigatória a pesquisa da hepatite B durante a assistência pré-natal e a vacinação dos nascituros de mães portadoras do vírus da doença.

Senadores manifestam pesar pela morte de Adolfo Oliveira

O plenário aprovou requerimento de pesar pela morte do ex-deputado Adolfo Oliveira, ocorrida ontem. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, associou-se à homenagem, lembrando ter sido colega de Adolfo Oliveira na Câmara dos Deputados e seu companheiro desde a UDN. Antonio Carlos testemunhou a alta capacidade, valor pessoal e luta democrática do homenageado, afirmando que essa morte "abre uma grande lacuna na política brasileira".

Antonio Carlos também lembrou que, embora não estivesse no exercício de mandato, Adolfo Oliveira conseguia instruir muitos parlamentares das duas Casas do Legislativo, sendo

uma figura sempre presente no Parlamento. O presidente do Senado disse que a Mesa Diretora não poderia deixar de registrar o que Adolfo Oliveira significou para o Parlamento, e definiu como um ato de justiça a moção de pesar aprovada.

Primeiro signatário do requerimento de homenagem ao ex-deputado, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que Oliveira exercitou com proficiência, dignidade e retidão de caráter o mandato que o povo do Rio lhe concedera.

Cabral lembrou que Adolfo Oliveira foi, junto com os então deputados José Fogaça e Konder Reis, valioso auxiliar no trabalho de relatoria da Assembléia Nacional Constituinte.

Comissão busca alternativa para obrigar Itaipu a prestar contas

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, às 17h30, para examinar uma pauta de 12 itens, entre eles decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a impossibilidade de fiscalizar as contas da empresa Itaipu Binacional, em razão de essa entidade ser conduzida de forma paritária pelo Brasil e pelo Paraguai. Relator da matéria, o se-

senador Jefferson Péres tem parecer recomendando ao Senado que solicite ao Itamaraty previsão de controle externo pelos Legislativos do Brasil e do Paraguai.

Também aguardam exame da comissão as demonstrações contábeis dos fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste e do Nordeste, relativas a 1998.



Indicado para o cargo de embaixador do Brasil no Panamá, o diplomata Pedro Paulo é sabatinado na CRE, presidida por Sarney

CRE aprova unificação das carreiras de serviço no exterior

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que funde, num só texto legal, as três carreiras de serviço no exterior, ou seja, as de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria.

Na mesma reunião, a CRE aprovou pareceres favoráveis à escolha de Pedro Paulo Pinto Assunção, ministro de primeira classe, para o cargo de embaixador do Brasil no Pa-

namá, e de Sérgio de Queiroz Duarte, atual embaixador do Brasil na Áustria, para exercer, cumulativamente, a mesma função junto aos governos da Croácia e da República Eslovaca. As matérias apreciadas ontem pela comissão irão ainda a plenário.

AUDIÊNCIA

A CRE volta a se reunir hoje, às 10h30, para debater, em audiência pública com a presença do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, a atual situação da Colômbia e o Mercosul.

Plenário vota direitos humanos nas escolas

Projeto que institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino médio e fundamental é um dos pontos da pauta do plenário para hoje. Na mesma sessão, ocorre o primeiro dia da discussão em segundo turno da proposta de emenda constitucional que trata da criação do Ministério da Defesa. A proposta procura adequar à Constituição a reorganização do setor.

Os senadores votam também projetos tratando da concessão do Rádio Guararema de São José (SC) e da renovação da permissão da RBS - Empresa Catarinense de Comunicações, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Chapecó (SC).

Eduardo pede ação contra abusos em preços

Ao criticar os sucessivos aumentos nos preços dos remédios, que considerou abusivos, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) fez um apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso e aos ministros da Saúde, José Serra, e da Justiça, José Carlos Dias, para que tomem medidas urgentes e eficazes para obrigar a indústria farmacêutica a rever os reajustes recentemente praticados.

O senador pelo Tocantins acusou os laboratórios de majorarem seus preços "querendo não apenas o lucro, mas

enriquecimento ilícito às custas da população", e disse que a declaração do secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Cláudio Considera, de que os preços dos remédios "são livres", significa que o órgão que dirige "não pode autorizar aumentos, nem coibí-los", quando promovidos pelas empresas do setor.

Eduardo Siqueira Campos lembrou que embora o ministro da Saúde, José Serra, venha se manifestando contra os aumentos abusivos, sua pasta encontra-se impedida de agir por falta de competência administrativa. O senador observou, no entanto, que "não se pode assistir passivamente ao festival de abusos, de aumentos exorbitantes e injustificáveis promovidos pela indústria farmacêutica, que parece se considerar acima da lei".



Eduardo Siqueira Campos: laboratórios se colocam acima da lei

Para relator, bancos tinham informação privilegiada

Senador argumenta que a relação entre BC, Marka e FonteCindam não era a prevista nas normas. Ele estranha as mudanças de posição no mercado futuro de dólar e a venda da moeda estrangeira às duas instituições a preços favorecidos

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), está convencido de que houve informação privilegiada aos bancos Marka e FonteCindam no episódio da desvalorização cambial, em janeiro deste ano. Durante depoimento dos ex-presidentes do Banco Central (BC) Gustavo Loyola e Gustavo Franco, o senador elencou as razões por que acredita que a relação entre o BC e os dois bancos não era a prevista nas normas: as mudanças de posição do Marka e do FonteCindam no mercado futuro de dólar e a venda da moeda estrangeira às duas instituições a preços abaixo do mercado logo depois da desvalorização.

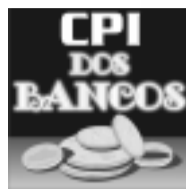
— Me custa a crer que não houve informação privilegiada — disse João Alberto em resposta às opiniões de Loyola e Franco sobre as circunstâncias em que houve a desvalorização e a ajuda àquelas instituições.

Os dois ex-presidentes usaram a mesma expressão — “benefício da dú-

vida” — para inocentar o também ex-presidente Francisco Lopes da acusação de favorecimento ao Marka e ao FonteCindam. O relator inquiriu Franco especificamente sobre se optaria pela cisão dos bancos com recursos do Programa de Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro (Proer), em vez da venda de dólar aos bancos.

— Diante da situação difícil e dos riscos que poderiam advir de uma decisão radical (a liquidação extrajudicial ou o uso do Proer) tenho que dar o benefício da dúvida (a Francisco Lopes) — disse Franco. Loyola afirmou que conhece Lopes e sua dedicação ao BC.

O relator insistiu na mudança de posições no mercado futuro e indagou de Loyola por que razão um banqueiro mudaria sua posição no mercado futuro antes da data prevista para o fim dos contratos.



Franco e Loyola falam na CPI. Os senadores Alcântara, Bello Parga e João Alberto ouvem

Loyola garante que Proer salvou sistema financeiro e Plano Real

O Plano Real poderia ter fracassado se o governo não tivesse lançado o Proer para reestruturar o sistema bancário brasileiro, afirmou à CPI do Sistema Financeiro, ontem, Gustavo Loyola, que ocupou o cargo de presidente do Banco Central à época em que o governo injetou R\$ 20 bilhões para fusão, incorporação e liquidação de bancos.

— Sem os ganhos provenientes da inflação, os bancos enfrentaram uma crise séria, só contornada com o Proer. Isso salvou o real. Não fosse o plano, a recente mudança cambial também teria levado uma crise ao sistema bancário — disse Loyola.

Ele depôs à CPI junto com seu sucessor no cargo, Gustavo Franco. Os dois defenderam que o Congresso aprove com rapidez mudanças na legislação, para que o Banco Central possa atuar com maior eficiência na defesa da moeda e na fiscalização do sistema financeiro. Franco manifestou sua preocupação com a ideia de se tirar do BC a supervisão bancária, o que, a seu ver, enfraqueceria a instituição.

O saneamento do sistema bancário ainda não terminou e o Banco Central ainda executa o Proer — este destinado aos bancos estaduais. Conforme Gustavo Franco, até agora o governo já aplicou R\$ 47 bilhões com estes bancos e ainda deve injetar outros R\$ 7 bilhões nos próximos meses. Franco entregou à CPI uma lista de sugestões de mudança legislativa para aperfeiçoar o sistema de fiscalização bancária no país e reforçar o Banco Central como protetor da moeda nacional.

Já Gustavo Loyola observou que o Proer foi um dos programas de reestruturação bancária de custo mais baixo no mundo e alguns de seus princípios evitaram problemas registrados em outros países. Um desses princípios era a proibição de que os donos dos bancos continuassem em seus cargos. O Proer exigia a saída do ex-controlador. No México, por exemplo, citou Loyola, emprestou-se dinheiro para que os banqueiros fizessem o saneamento e isso trouxe muitos problemas, que só deverão ser resolvidos na Justiça.

Gustavo Franco descarta fraude na remessa de dinheiro pelo Fiex

O ex-presidente do BC Gustavo Franco garantiu à CPI do Sistema Financeiro que “não houve fraudes nas remessas do Fiex” para o exterior. Conforme reportagem da revista *Veja*, cerca de R\$ 400 milhões teriam sido enviados ilegalmente por brasileiros para aplicações em fundos mútuos no exterior que compram títulos do Brasil. A denúncia é um dos fatos investigados pela CPI.

Questionado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), Gustavo Franco explicou que, com a desvalorização dos títulos da dívida do Brasil no exterior, muitos brasileiros remeteram dinheiro para o exterior para investimento em tais títulos. No entanto, uma parte deles não conseguiu legalizar a documentação e, por isso, teve de trazer o dinheiro de volta.

Ao senador Jader Barbalho (PMDB-PA), que interrogou sobre as razões da grande diferença entre os juros pagos pelo governo e aqueles cobrados pelos bancos dos correntistas, Franco apontou três razões: falta de competição entre os bancos, imposto cobrado pelo próprio governo e elevado depósito compulsório que deve ser repassado pelos bancos ao BC (até 90% dos depósitos à vista).

Juiz do TRT da Paraíba se defende e faz acusações a ministros do TST

Ao depor ontem na CPI que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário, o juiz Aluizio Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), fez acusações contra os ministros do Tribunal Superior do Trabalho Hermes Pedrassani, Wagner Pimenta e Almir Pazzianotto. O juiz, ex-presidente do TRT-PB, também refutou as acusações feitas contra sua administração.

O magistrado afirmou que Pazzianotto agiu irresponsavelmente ao promover a intervenção no TRT-PB, feita quando o tribunal avaliava o afastamento do então presidente, juiz Vicente Vanderlei, que solicitara a interferência do TST. Relatou também um “proposta indecorosa” feita pelo ministro.

— Durante a sindicância aberta pelo TST, ele sugeriu que eu me aposentasse. Eu disse então que somente o faria depois de lavar minha honra. Foi quando ele afirmou: “Seja um homem pragmático: para o povo, não é importante ter dignidade e sim dinheiro na conta bancária” — relatou o magistrado, acrescentando que o discurso foi acompanhado por sua esposa, presente também a seu depoimento na CPI.

O vice-presidente da CPI, senador



Na CPI, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem as explicações do juiz Aluizio Rodrigues, do TRT da Paraíba



Carlos Wilson (PSDB-PE), que indagou sobre a atitude de Pazzianotto, afirmou estar “impressionado com a contundência do depoimento”.

Rodrigues disse que o ministro Wagner Pimenta cometeu “deslealdade processual” para com ele, ao não comunicar que pesava contra Rodrigues, na sindicância feita pelo TST após a intervenção no TRT-PB, uma autorização para viagem do juiz Geraldo Teixeira de Carvalho a São Paulo. O juiz afirmou que não assinaria o papel, por considerar Carvalho “um péssimo caráter”, mas não soube dizer se assinara o papel desavisadamente, em meio a outros.

Aluizio Rodrigues disse que Hermes Pedrassani “não tem condições morais”

para julgá-lo, ao mesmo tempo em que desclassificou o relatório sobre a sindicância do TST assinado pelo ministro. Rodrigues afirmou que chega a torcer para ser condenado pelo TST, para posteriormente desqualificar o relatório na Justiça.

O ex-presidente do TRT-PB refutou as acusações feitas pelo técnico judiciário Antônio de Pádua Pereira Leite, de apropriação indébita, venda de acórdãos, superfaturamento de obras e de ter realizado viagens privadas às custas do tribunal. O juiz afirmou ter sido inocentado pelo Tribunal de Contas da União e pediu que Leite seja processado por perjúrio, já que teria afirmado, perante a CPI, ter cópia das sentenças condenando o juiz.

Despesas médicas podem ter sido pagas duas vezes

A afirmação do juiz Aluizio Rodrigues, do TRT-PB, de que as despesas médicas do acidente que sofrera em 1988 foram pagas por seu seguro de saúde, chamou a atenção do relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA). Uma ata de reunião do próprio TRT-PB, em poder do senador, informava que as despesas tinham sido pagas pelo tribunal.

Paulo Souto indagou se ele tinha conhecimento de que o TRT-PB pagara parte de suas despesas, o que foi negado pelo juiz. Rodrigues reafirmou que suas despesas tinham sido pagas pelo Seguro Bradesco.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), solicitou ao depoente que enviasse a comissão a comprovação de que as despesas teriam sido pagas pelo segu-

ro de saúde.

PRORROGAÇÃO

Os trabalhos da CPI do Judiciário irão até 5 de outubro. A prorrogação foi comunicada ontem ao plenário, conforme requerimento contendo 27 assinaturas. A Mesa enviou o ato para publicação. O prazo inicial de funcionamento da CPI terminaria nesta quinta-feira, 26 de agosto.

CAE concede vista para projeto de rolagem da dívida do Rio

Senadores decidem examinar melhor pedido feito pelo governo fluminense para emitir mais de R\$ 1 bilhão em novos títulos

Os senadores que integram a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiram ontem pedir vista coletiva, por cinco dias, do projeto que estabelece a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Rio de Janeiro (LFTRJ), cujos recursos serviriam para pagar dívidas mobiliárias do estado que vencem no segundo semestre deste ano. O valor total desses débitos é de R\$ 1,007 bilhão.

O relator da matéria, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), afirmou, em seu parecer favorável, que a solicitação tem por objetivo complementar a rolagem da dívida do segundo semestre, refinanciando as

parcelas que vencem em outubro, novembro e dezembro.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR), que é relator do processo geral de renegociação da dívida do Rio na CAE, disse que ficou surpreendido com esse novo pedido do governador do estado, Anthony Garotinho, questionando suas intenções. Já o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) opinou que o governador, com esse pedido, tem a vantagem de não pagar os 13% da receita do estado, como prevê a legislação sobre o refinanciamento das dívidas estaduais. Mesmo aumentando o estoque de sua dívida, Garotinho levaria alguma vantagem

com a aprovação da matéria, afirmou o senador cearense.

O presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que o pedido do governador foi para ganhar tempo, pois há o receio de que a renegociação global da dívida do estado não fique pronta a tempo de pagar o que vence no segundo semestre. O senador José Fogaça (PMDB-RS) questionou sobre as parcelas da dívida do Rio que já estão no Banco do Brasil, e o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que também questionou o pedido, foi o primeiro a manifestar-se pelo adiamento da votação da matéria.



Na reunião, alguns senadores estranharam a solicitação do governo do RJ

Compensação por perdas do Fundef será votada na terça

Ficaram para a próxima terça-feira, às 10 horas, na CAE, a discussão e votação do projeto de resolução que concede autorização global para abertura de operação de crédito para 24 estados, junto ao governo federal, como forma de compensar as perdas decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O projeto, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), é terminativo na comissão.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse que é contra o projeto e pediu vista da matéria. Já Eduardo Suplicy (PT-SP) quis saber por que nem todos os estados estavam contemplados com a abertura de crédito. Lobão explicou que os estados contemplados são somente os que tiveram perdas financeiras com a implantação do Fundef. O presidente da comissão, Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que a matéria já foi examinada no ano passado pela comissão e que o projeto representa uma forma de ajustar as perdas dos estados.

O projeto de resolução estabelece que os estados poderão efetivar as contratações imediatamente, após a aprova-

ção da matéria, devendo regularizar junto ao Banco Central toda a documentação prevista na Resolução nº 78, de 1998, do Senado, que trata de refinanciamentos aos estados, relativa ao empréstimo. A documentação, conforme o projeto, terá que ser apresentada pelos estados em até 30 dias após a publicação da resolução, sob pena da nulidade dos financiamentos.

Os estados contemplados, com os respectivos empréstimos, são: Acre (R\$ 5,5 milhões), Alagoas (R\$ 28,5 milhões), Amazonas (R\$ 13,8 milhões), Amapá (R\$ 1,8 milhão), Bahia (R\$ 48,5 milhões), Ceará (R\$ 56,5 milhões), Espírito Santo (R\$ 14,5 milhões), Maranhão (R\$ 21,4 milhões), Mato Grosso do Sul (R\$ 5,8 milhões), Mato Grosso (R\$ 7,8 milhões), Minas Gerais (R\$ 14,8 milhões), Pará (R\$ 17,4 milhões), Paraíba (R\$ 17,6 milhões), Pernambuco (R\$ 42,5 milhões), Piauí (R\$ 16,7 milhões), Paraná (R\$ 32,036 milhões), Rio Grande do Norte (R\$ 14,11 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 160,5 milhões), Rondônia (R\$ 5,3 milhões), Roraima (R\$ 2,1 milhões), Rio Grande do Sul (R\$ 28,7 milhões), Santa Catarina (R\$ 5,2 milhões), Sergipe (R\$ 12,9 milhões) e Tocantins (R\$ 4,7 milhões).

Senadores debatem gestão financeira de recursos do FCO

O projeto de lei do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que transfere para o Banco de Brasília (BRB) a administração dos recursos do Fundo do Centro-Oeste (FCO) recebeu parecer favorável do relator, José Fogaça (PMDB-RS), mas teve pedido de vista aprovado pela CAE. A matéria, que é terminativa na comissão, voltará a ser debatida e votada na próxima reunião da comissão, marcada para a próxima terça.

A maioria dos senadores da CAE manifestou-se a favor do projeto, argumentando que o Norte e o Nordeste também têm bancos regionais que administram os fundos reservados constitucionalmente para aquelas regiões. Os senadores também defenderam a descentralização na administração dos fundos e na aplicação de seus recursos, para que promovam o desenvolvimento das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O pedido de vista foi feito por Romero Jucá (PSDB-RR). Como autor do projeto, Luiz Estevão falou sobre a grave situação socioeconômica do Distrito Federal, alegando que o Fundo do Centro-Oeste, que é administrado pelo Banco do Brasil, não consegue ter sequer 20% dos seus recursos aplicados na economia do DF.

A pedido de José Sarney (PMDB-AP), a CAE retirou da pauta o projeto de sua autoria que cria um pólo industrial na zona de livre comércio na região de Santana e Macapá, no Amapá. Bernardo Cabral (PFL-AM) elogiou a decisão de Sarney, afirmando que é necessário mais tempo para examinar a matéria.

O relator do projeto, Bello Parga (PFL-MA), deu parecer favorável, argumentando que a proposta tem por objetivo reconverter para a indústria a área de livre comércio de Macapá e Santana, no Amapá.

CE apreciará proposta de reutilização de livros didáticos

A Comissão de Educação (CE) do Senado transferiu para terça-feira a realização de um esforço concentrado para votação de 18 projetos de lei que aguardam deliberação em caráter terminativo, segundo informou o presidente da comissão, senador Freitas Neto (PFL-PI). O esforço concentrado estava previsto para a reunião de ontem, mas não foi realizado em virtude



Freitas Neto disse que 18 matérias serão votadas em caráter terminativo

da reunião dos líderes partidários e presidentes de comissões permanentes com o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.

Entre as matérias que aguardam votação terminativa na CE, estão projeto de lei de Edison Lobão (PFL-MA),

que permite a reutilização dos livros didáticos no ensino fundamental e médio, e projeto apresentado em 1996 pela então senadora Benedita da Silva que instituiu o estudo dos direitos humanos na formação do policial. A comissão deve apreciar, ainda, o projeto da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) que incentiva os meios de comunicação social e de transporte a publicarem fotos de crianças e adolescentes desapa-

parecidos ou seqüestrados.

O projeto aprovado em caráter terminativo por comissão do Senado vai diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso de um décimo dos senadores para votação da matéria pelo plenário.

CCJ analisa obrigatoriedade de investimento no ensino indígena

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai se pronunciar sobre a constitucionalidade e juridicidade de projeto do senador Antero de Barros (PSDB-MT) que torna obrigatória a aplicação de recursos do salário-educação no ensino



A CE julgou necessário ouvir a CCJ sobre o projeto que garante recursos para a educação indígena

especial e na educação indígena. O senador defende que se propicie maior apoio técnico e financeiro da União para garantir a oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas. O senador Edison Lobão (PFL-MA) solicitou a análise da CCJ quanto à constitucionalidade e juridicidade deste e de outros dois projetos. Os requerimentos foram aprovados na reunião de ontem da Comissão de Educação.

A CCJ também vai se pronunciar a respeito do projeto da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que regulamenta o registro e o reconhecimento de diplomas de mestrado e de douto-

rado obtidos por meio da educação indígena. Outro projeto a ser encaminhado à CCJ, por requerimento de Lobão, é o de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) alterando lei de 1968, que regulamenta a escolha de dirigentes universitários. Conforme a proposta, aquele que exercia cargo de direção em universidade na época da edição da lei poderá se eleger novamente para o mesmo cargo, o que é vedado atualmente.

Os três requerimentos aprovados pela comissão tiveram voto contrário da senadora Heloísa Helena (PT-AL) e do senador Geraldo Cândido (PT-RJ).

Aprovada renovação de permissão para rádios

A Comissão de Educação aprovou parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) favorável à renovação da concessão da Sociedade Rádio Frutal, de Frutal (MG), para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Também foram aprovados pela comissão pareceres favoráveis dos senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Mozarildo Cavalcanti à renovação da

permissão da Rádio Transcontinental, de Mogi das Cruzes (SP), e da Rádio Beira-Mar de São Sebastião, em São Sebastião (SP), respectivamente. A comissão aprovou, ainda, pareceres do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) favoráveis à renovação da permissão da Radiodifusão Litoral Sul, em Paranaguá (PR), e da Difusora Ouro Verde, em Curitiba (PR). As matérias seguem para o plenário.

Estevão quer teto para custo das obras públicas

Projeto apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF) altera a Lei 8.666/93 com o objetivo de estabelecer teto para custos unitários de obras relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação. A proposta determina que os custos unitários dessas obras "não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico (CUB) por metro quadrado, divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção, por unidade da Federação, acrescido de até 30% para cobrir custos não previstos no CUB, salvo autorização emitida pelo Tribunal de Contas da União".

Na justificativa da matéria, o senador afirma que sua proposta é uma aspiração antiga de "muitos que se preocupam com a moralização dos gastos públicos". Estevão explica que essa medida foi aprovada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano 2000, mas como sua vigência é de ape-



Luiz Estevão: mudança permitirá que obras sejam executadas de modo mais transparente

nas um ano, a intenção é tornar a norma permanente:

— Na realidade, o projeto objetiva limitar o custo das obras executadas com recursos dos orçamentos da União, tornando-os reais e transparentes, com uma legislação mais rígida.

Moreira cobra punição para assassino de vereador em RO

Senador relata que político foi morto na tribuna enquanto discursava pedindo o *impeachment* do prefeito do Vale do Anari

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) pediu punição para o assassino do vereador Acir José Damasceno, presidente da Câmara de Vereadores do Vale do Anari (RO), ocorrido na segunda-feira. De acordo com o senador, o vereador foi atingido pelas costas com um tiro de espingarda quando discursava a favor do afastamento do prefeito daquela localidade.

A Assembléia Legislativa de Rondônia, conforme relatou o senador, pediu a intervenção do governo do Estado em Vale do Anari, para que o crime seja apurado de forma mais rigorosa. "Peço ao governo que use todos os seus recursos na mais rigorosa apuração desse crime que só envergonha Rondônia", disse.

OAB

Moreira Mendes saudou a realiza-



Moreira pediu ao governo que use todos os recursos para apuração rigorosa do crime

ção da 17ª Conferência Nacional dos Advogados, entre os dias 29 de agosto e 2 de setembro, em Brasília, pro-

movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O encontro, intitulado "Justiça: Realidade e Utopia", terá 47 painéis, nos quais 152 especialistas tratarão de temas atuais do Direito. Entre outros, a conferência debaterá "Justiça e a Exclusão Social", "Direitos Humanos na América Latina", "Democracia e Constituição" e "Direito à Terra".

O senador por Rondônia lembrou que a OAB, criada na década dos 30, durante o Estado Novo, teve na defesa dos presos políticos uma de suas primeiras atuações de peso. "Em seguida, a OAB se destacou na luta pelo restabelecimento do *habeas corpus*, participando diretamente no 'Movimento pelas Diretas Já'. Em tempos recentes, podemos citar o episódio do *impeachment* do ex-presidente Collor."

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Tai-chi-chuan
7h30 — Especial Unip — Cigarro e a boca
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet fala sobre agricultura e desenvolvimento
8h55 — Senado em Pauta
9h — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
13h30 — Especial sobre Getúlio Vargas
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet
19h — Cores do Brasil — Goiás Velho
19h30 — Especial sobre Getúlio Vargas
20h30 — Entrevista — Senador Ramez Tebet
21h — Jornal do Senado
21h30 — Especial sobre Getúlio Vargas
22h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
9h — Comissão de Assuntos Sociais
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Projeto de Osmar Dias estimula a adoção do seguro agrícola

Com o objetivo de estimular a adoção do seguro agrícola pelas empresas seguradoras, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei alterando a legislação que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, destinando recursos públicos para a constituição do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

O senador explicou que a medida visa dar mais segurança às operadoras, que de outra forma não praticariam essa modalidade de seguro, uma vez que envolve altos riscos e é geralmente deficitária, principalmente em razão da cobertura de sinistros generalizados.

Prova disto, afirma Osmar Dias, é que embora o seguro agrícola esteja previs-

to na legislação que regula o setor, apenas a Companhia de Seguros de São Paulo trabalha com esta modalidade. Neste sentido, sua proposta, ao proporcionar o amparo legal para a utilização de recursos públicos na composição do fundo de estabilidade, garantirá às empresas que operarem com seguro agrícola algum tipo de apoio na ocorrência de perdas generalizadas, argumentou o senador.

De acordo com o projeto, o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural deverá contar com verbas orçamentárias anuais, em valor determinado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados e pelos ministérios da Fazenda e da Agricultura.



Osmar Dias lembra que apenas seguradoras de São Paulo trabalham com esse seguro

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BSB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Proposta livra assinante do uso abusivo do 0900

Projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe a prestação do serviço 0900 nas linhas telefônicas fixas sem a autorização por escrito do assinante foi encaminhado à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, onde receberá decisão terminativa.

De acordo com o senador, o projeto atende aos interesses dos assinantes de linhas telefônicas, "assustados com o fantasma da cobrança abusiva" dos serviços 0900, e está de acordo com o Código de Defesa do Consumidor na parte relativa à publicidade enganosa e abusiva:

— Atualmente, é muito comum conhecer algum parente ou amigo que tenha sido prejudicado por contas telefônicas exorbitantes, cujos excessos são oriundos de serviços 0900 — destaca o senador.

Tião Viana afirma, ainda, que, apesar de já estar assegurado o bloqueio gratuito dos serviços 0900 aos usuários de telefonia fixa, o que ocorre é que esse procedimento depende da iniciativa do assinante, "e, muitas vezes, ele somente se conscientiza da necessidade do bloqueio quando já ocorreu um dano significativo".



Viana: assinante só percebe a necessidade do bloqueio quando dano já é significativo

Álvaro Dias vê FHC longe da social-democracia

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o governo Fernando Henrique Cardoso vem se afastando dos preceitos básicos da social-democracia, que busca “o desenvolvimento sem exclusão social”. Ele conclamou o presidente a largar os “laços que o impedem de caminhar rumo ao futuro” e afirmou que o PSDB do Paraná “não compactua com políticas” incompatíveis com a social-democracia.

— Não queremos ser contra o governo, mas temos a obrigação de ser a favor do Brasil — disse.

Depois de admitir que seus “melhores sonhos têm sido frustrados sistematicamente”, o senador paranaense assinalou que o PSDB de seu estado não abre mão de sua “lucidez crítica”, que lhe permite apontar erros e equívocos “como ato maior de coerência partidária”.

Álvaro Dias sustentou que o seu partido aceitou os sacrifícios do primeiro governo de Fernando Henrique na esperança de que seriam alcançados avanços sociais no segundo mandato.

— Não pode um governo social-democrata patrocinar uma política econômica que se alicerça na elevação da carga tributária, e, fazendo-se acompanhar de altas taxas de juros, desestimula os setores produtivos e reduz os recursos disponíveis para investimento e consumo — advertiu.



Álvaro Dias lembra que PSDB aceitou sacrifícios

Depois de citar índices que mostram as mazelas sociais do Brasil, Álvaro Dias alertou para a “vexatória” situação da saúde pública e o “sucateamento” das instituições públicas de ensino, apesar

dos “incontestáveis progressos” do país na educação básica. Para ele, um governo não segue a tradição social-democrata quando as políticas de emprego “reduzem-se a mero artifício para o resgate de popularidade dos dirigentes”, ao invés de constituírem um verdadeiro programa social.

O senador sustentou que Fernando Henrique “não pode negar sua biografia, fazendo-se refém de compromissos com os setores mais atrasados e retrógrados da vida nacional”. Destacou que seu discurso era um alerta e que a posição do PSDB do Paraná “não é confortável”. Para Álvaro Dias, seu discurso deve ser visto como “a contribuição do PSDB do Paraná ao resgate dos verdadeiros projetos da social-democracia que constituíram a base da eleição” do presidente Fernando Henrique.

Rocha quer comissão temporária para avaliar situação colombiana

Senador disse esperar que a Casa exerça as suas atribuições constitucionais, “zelando pela garantia da soberania nacional”

A criação de uma comissão especial temporária foi proposta ontem pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), com o propósito de avaliar a crise provocada pela luta contra a guerrilha na Colômbia e a possível ocupação militar por tropas americanas da parte colombiana da Amazônia, na fronteira com o Brasil. Embora exista um acordo entre os líderes partidários que impede a criação de novas comissões temporárias, o senador observou que a questão envolve problemas de segurança e soberania nacionais e solicitou o apoio dos líderes para o seu requerimento.

O senador argumentou que a exclusão da Amazônia do contexto desenvolvimentista do país vem despertando a cobiça internacional. As grandes potências, disse ele, vêem aquela região como uma reserva de valor in-



Sebastião Rocha acredita que a Amazônia vem despertando a cobiça internacional

calculável devido aos seus recursos naturais e o que representa para o meio ambiente. Ele acrescentou que a falta de políticas voltadas para a região resultou na apreensão hoje verificada diante da perspectiva de intervenção de forças estrangeiras nos pa-

íses da fronteira norte do país.

Para Sebastião Rocha, o Senado não pode ficar alheio a essa movimentação de caráter político-militar em suas fronteiras e “deve exercer as atribuições que lhe são conferidas pela Constituição, zelando pela garantia da soberania nacional”.

Lembrando que diversos senadores têm ocupado a tribuna para manifestar sua preocupação com a crise na Colômbia, Sebastião Rocha disse que a comissão poderia estudar as medidas necessárias para uma eventual ocupação militar da Amazônia e analisar as repercussões que uma ocupação dessa natureza geraria. “O Senado Federal não pode ficar alheio a essa questão, sob um ponto de vista estratégico, e o governo não está dando a devida atenção ao que está ocorrendo na fronteira”, afirmou o senador.

Gilberto Mestrinho defende a retomada do crescimento econômico

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) fez ontem um apelo em favor do crescimento econômico do Brasil. “Atingida a estabilidade da moeda, é necessário um esforço solidário pelo crescimento econômico, para podermos reincorporar no mercado de trabalho os milhares de trabalhadores que amargam o desemprego, bem como dar oportunidade ao grande número de jovens que atingem, a cada ano, a capacidade produtiva”.

Segundo Mestrinho, os últimos dias vêm sendo marcados por um certo nervosismo na atividade econômica do país, com um comportamento atípico no mercado financeiro e a elevação do dólar. “Se buscarmos as causas básicas desse comportamento, não encontraremos razões econômicas que possam atuar

no mercado, salvo um movimento especulativo sem consistência nos fundamentos da economia real”, garantiu.

O senador lembrou que nenhum país pode superar uma crise sem sacrifícios. “Mas as medidas tomadas começam a dar certo. Um país com riquezas extraordinárias como o Brasil não pode permanecer em crise. É preciso, porém, não se render às exigências do FMI e, sobretudo, não embarcar na dolarização. Isso significaria abrir mão de nossa soberania.”

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que “o povo ordeiro e trabalhador é o maior patrimônio do Brasil”, enquanto Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu mais articulação entre o presidente Fernando Henrique e o Congresso para superar as



Gilberto Mestrinho propõe que o governo não aceite as exigências do Fundo Monetário Internacional

dificuldades atuais do país. “Se o presidente ouvir mais os políticos experientes que aqui estão, certamente boas idéias surgirão.”

Maguito Vilela propõe pacto entre presidente e produtores

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem um pacto entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os produtores rurais para a solução do impasse relativo às dívidas dos agricultores. O senador considera que o governo está “com uma chance ímpar de dar um passo histórico no processo de retomada do desenvolvimento do país”. Maguito recordou que os produtores querem condições melhores para quitar seus dé-

bitos e se comprometem a ampliar a produção para mais de 100 milhões de toneladas de grãos, “com a geração de cerca de 1 milhão de novos empregos”.

— Continuam em Brasília produtores rurais de todo o país com uma proposta clara de implementação de uma nova política agrícola e de condições mínimas para produzir. Não estão buscando privilégios nem favores, como tentam passar para a opinião pública alguns membros do governo — afirmou.

Em sua opinião, com os sucessivos e mal sucedidos planos econômicos, os juros tiveram crescimento inversamente proporcional aos preços agrícolas, colocando produtores em graves dificuldades. “Em função disso temos patinado há anos no pátamar de 80 milhões de toneladas de grãos”, lamentou.



Maguito Vilela prevê geração de empregos

Alcântara pede propostas contra crise

“Preconceito é mau conselheiro”, avisou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), ao sugerir ao governo que ouça propostas que tirem o país da crise. O senador registrou em plenário artigo do jornalista Rubem Azevedo Lima, publicado na segunda-feira no jornal *Correio Braziliense*, com o título “Burriztia e Subservientzia”. O jornalista afirma que o economista e deputado Eliseu Rezende propôs, em 1993, ao então ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, a venda de 30% de ativos das estatais, à época estimados em US\$ 150 bilhões, para saldar nossa dívida interna, que era de US\$ 35 bilhões.



Alcântara sugere a governo que estude alternativas

Conforme o artigo, com esse dinheiro, “sem vender o patrimônio estatal nem perder o controle de suas empresas”, o Brasil eliminaria toda a dívida interna e o Tesouro ainda embolsaria mais de R\$ 10 bilhões.

O então ministro, afirma o jornalista no artigo, “opôs-se ao plano de Rezende, alegando que Itamar era contrário à alienação dos bens públicos. A dívida interna chegou a US\$ 65 bilhões e Fernando Henrique, eleito presidente, começou a vender as estatais, pagando juros elevadíssimos aos credores daquela dívida, ao longo do seu mandato”.

Lúcio Alcântara comentou o modelo de privatização brasileiro e as declarações do ministro da Casa Civil, Pedro Parente, que defendeu recentemente a pulverização do capital das empresas a serem privatizadas.

— A democratização do capital é o que o governo deveria ter feito desde o começo, e, em vez de as empresas ficarem controladas por grupos monopolistas, elas seriam propriedade de todos — disse Alcântara, lembrando ter sido a idéia uma das razões do êxito da ex-primeira-ministra da Inglaterra, Margaret Thatcher.

Para ele, as agências criadas para fiscalizar as empresas privatizadas não estão conseguindo exercer esse papel, já que os monopólios permanecem e dificilmente são enquadráveis pelo poder regulador do Estado.

O senador lamentou que algumas propostas sejam vistas com preconceito e só tardiamente assimiladas. Alcântara ressaltou que o jornalista deu a idéia de que “em um determinado momento perdeu-se a oportunidade de quitar a dívida interna alienando apenas parte do patrimônio nacional”.